



ENCONTRO REGIONAL

RENAP MG

no Vale do Rio Doce

CARTA POLÍTICA

28 A 30 DE JUNHO DE 2024

Apoio: MST, MAB, MAM e CPT





ENCONTRO REGIONAL

RENAP MG

no Vale do Rio Doce

CARTA POLÍTICA

28 A 30 DE JUNHO DE 2024

Assentamento Oziel Alves - Governador Valadares/MG



ENCONTRO REGIONAL

RENAP MG

no Vale do Rio Doce

CARTA POLÍTICA DO ENCONTRO REGIONAL DA RENAP MG, EM GOVERNADOR VALADARES

Reunidos entre os dias 28 a 30 de junho de 2024, no Assentamento Oziel Alves Pereira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, em Governador Valadares, cerca de 45 advogadas e advogados populares e estudantes de direito de Minas Gerais reafirmam o compromisso com a luta dos movimentos sociais e com o fortalecimento da assessoria jurídica popular.

A exploração da mineração, a violência no campo e a criminalização da Advocacia Popular marcaram os debates nos três dias do encontro regional no Vale do Rio Doce, após a Renap MG seguir a linha da Carta do XXVII Encontro Nacional da RENAP, realizado em outubro de 2023, em Porto Velho, Rondônia, que destacou o enfrentamento territorial de camponesas e camponeses e de povos de comunidades tradicionais no respeito à mãe terra, superando as questões socioambientais e avançando no respeito aos povos do campo, das águas e das florestas.

A emergência climática, com as consequências das enchentes no Rio Grande do Sul e da intensa seca na região Amazônica gerou profundo sentimento de solidariedade das/os participantes em Valadares e estimula a luta permanente em coletivizar as pautas nacionais para as trocas e o aperfeiçoamento da Rede em aglutinar a força da advocacia popular nacional. Identificamos a necessidade de acolhimento das companheiras e dos companheiros que se veem em possível estado de isolamento regional.

Pela conjuntura nacional, após o golpe de Estado de 2016 que propiciou a ascensão da extrema direita e o crescimento dos conflitos no campo, demonstramos preocupação com os projetos de liberação e estímulo de uso de armas de fogo diante da violência que vem sendo institucionalmente legitimada pelo Congresso Nacional.

A Renap reafirma a denúncia de criminalização das pessoas atingidas pelo desastre-crime da Samarco, Vale e BHP na Bacia do Rio Doce e enfatiza seu compromisso com a reparação integral e com o fortalecimento das lutas dos movimentos sociais atuantes na região, que foram fundamentais na conquista de direitos, como a aprovação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens - PNAB, pela Lei n. 14.755 de 15 de dezembro de 2023.

O atual modelo de transição energética é dependente da mineração, que destrói o modo de vida das comunidades locais, reproduz o racismo ambiental através do controle dos territórios e viola o direito à consulta prévia, livre, informada e de boa fé dos povos e comunidades tradicionais.

No governo Bolsonaro, a desestruturação das políticas de reforma agrária aprofundaram a violência no campo e as marcas da desigualdade, impossibilitando não só a conquista do direito à terra, mas a própria condição de permanência dos trabalhadores rurais. O Congresso Nacional permanece afeito ao conservadorismo e resgata projetos de criminalização dos movimentos sociais, a exemplo do projeto de lei 709/2023, que trata da proibição da concessão de benefícios sociais e acesso a cargos públicos para aqueles que lutam pela terra.

No âmbito estadual, o governador Romeu Zema, Partido Novo, é um opositor ao avanço das políticas de reforma agrária. Ainda que o Poder Judiciário seja estruturalmente conservador, foram importantes as articulações dos movimentos sociais na ADPF 828, e, na esfera internacional, a condenação do estado brasileiro pela Corte Interamericana no caso Antônio Tavares.

No parlamento destaca-se uma ofensiva contra os direitos da natureza, de povos e comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, os direitos de mulheres e pessoas negras. É essencial a organização da advocacia popular em torno desses temas. Nesse sentido, foi importante a propositura da Ação Civil Pública que busca reparação para as mulheres no Rio Doce e a organização das mulheres contra o PL 1904/2024.

O avanço das forças reacionárias contra a advocacia popular nos impõe contínua reflexão, aglutinação e ação coordenada em rede, com foco no fortalecimento das articulações institucionais através da OAB, AJUPS, diretórios e centros acadêmicos, na formulação de cadernos, teses, bibliotecas virtuais para atuação estratégica na composição da força jurídica e política da atuação da Renap.

Estimuladas/os pelas emergências mineiras e geraizeiras, incorporamos o desejo das companheiras e dos companheiros de construção do grande encontro nacional da Renap, a ser realizado na Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema/SP, de 04 a 08 de dezembro de 2024.

Lutar não é crime!

Governador Valadares, 30 de junho de 2.024

RENAP-MG

